
O INFERENCIALISMO DE ROBERT BRANDOM E A REJEIÇÃO DA ANÁLISE DA SIGNIFICAÇÃO EM TERMOS DE REFERÊNCIA

Marco Antônio Sousa Alves

Resumo

O inferencialismo proposto por Robert Brandom constitui uma audaciosa tentativa de superar os impasses trazidos pela análise da significação em termos de referência. O presente artigo apresenta em linhas gerais a proposta inferencialista de Brandom, analisa as críticas dirigidas ao chamado modelo designacional e avalia como o inferencialismo aborda a representação e a referência. Pretendemos mostrar como a relação linguagem/mundo permanece problemática no inferencialismo, que prioriza a anáfora no lugar da dêixis, de modo que a filosofia da linguagem carece de uma terceira noção ainda mais fundamental, que permita dissolver esse grande e intrincado problema.

Palavras-chave

Brandom. Inferencialismo. Modelo Designacional. Referência.

Abstract

Inferentialism, as it is advanced by Robert Brandom, is an audacious attempt to surpass the impasse reached by the analysis of meaning in terms of reference. This paper introduces, in general terms, Brandom's inferentialist approach, as well as it analyzes some of the criticisms against the designational model and evaluates how inferentialism deals with representation and reference. It is claimed here that the relationship between language and world remains problematic within the inferentialist framework, which gives more importance to anaphora than to deixis, so that philosophy of language lacks a third notion that is even more fundamental, one that allows the dissolution of the deep and complex problem at stake.

Keywords

Brandom. Inferentialism. Designational Model. Reference.

Introdução

O propósito do presente artigo consiste em investigar o inferencialismo proposto por Robert Brandom com o fim de avaliar de que maneira ele permite superar o quadro semântico em termos representacionais, chamado por Brandom de modelo designacional (*designational model*). A argumentação divide-se em três momentos. Em primeiro lugar, será realizada uma apresentação, em linhas gerais, das escolhas estratégicas feitas por Robert Brandom na construção de seu inferencialismo. Em seguida, será feita uma exposição do modelo designacional da significação e, nesse mesmo momento, mostraremos as principais críticas de Brandom a esse modelo. Por fim, a última parte do texto pretende mostrar qual o papel da representação e da referência no inferencialismo de Robert Brandom.

Além de apresentar os argumentos de Brandom, pretendemos neste artigo mostrar como a relação linguagem/mundo permanece problemática no inferencialismo, que prioriza a anáfora no lugar da dêixis. Em outras palavras, entendemos que, enquanto a semântica referencialista fixava-se no mundo (comprometendo-se ontologicamente com a existência de objetos e estados de coisas) e perdia assim a linguagem (enfrentando dificuldade no momento de explicar as relações intra-discursivas e o papel dessa rede interna de remissões na determinação da significação), com o inferencialismo temos o problema inverso, qual seja, a fixação na linguagem (no plexo de relações e remissões intra-discursivas) faz com que se perca o mundo (retirando dos objetos e estados de coisas qualquer papel primário na explanação das propriedades semânticas, correndo o risco de termos uma ontologia nula ou uma linguagem que paira no vazio). Em suma, ao diferirem quanto a qual elemento deve ser primário, o sentido (*Sinn*) ou o referente (*Bedeutung*) em termos fregeianos, e qual deve ser secundário, somos conduzidos a consequências bem diversas quanto à determinidade semântica, como pretendemos mostrar a seguir: os referencialistas se voltarão às questões ontológicas e propriamente semânticas e os inferencialistas ao âmbito pragmático.

1. As escolhas estratégicas feitas por Brandom em seu inferencialismo

Brandom (2000) explicita as principais escolhas estratégicas que guiaram a construção de sua postura inferencialista. Dentre elas, ressaltaremos quatro opções

assumidas pelo filósofo americano, que serão importantes para compreender o pano de fundo teórico que guiará sua rejeição da análise da significação em termos de referência.

Primeiro, ao invés de tentar explicar o uso dos conceitos em termos de seus conteúdos, Brandom tentará explicar o conteúdo dos conceitos em termos de seus usos. Compreender um conteúdo proposicional é um tipo de *know-how*, um domínio prático do jogo de oferecer e pedir por razões (*asking and giving reasons*). Brandom segue aqui algumas sugestões que ele atribui a Sellars, para quem entender um conceito era o mesmo que ter um domínio prático sobre as inferências nele envolvidas, ou seja, dominar as práticas de dar e pedir por razões. Relações semânticas deveriam então ser entendidas em termos de marcação de pontos pragmáticos (*pragmatic scorekeeping*), ou seja, como uma espécie de jogo no qual cada participante marca pontos quando suas jogadas são bem sucedidas, vale dizer quando os compromissos (*commitments*), permissões (*endorsements*) e direitos (*entitlements*) são atribuídos (*attributed*), aceitos, reconhecidos (*acknowledged*) e assumidos (*undertaken*). Brandom associa assim a questão do conteúdo semântico com a significação pragmática, entendendo o papel inferencial de modo eminentemente pragmático, como um tipo de ação. Em suma, o aspecto representacional dos conteúdos proposicionais deveria ser compreendido nos termos da dimensão social da comunicação de razões. Assim, Brandom parte da prática ou atividade de aplicar conceitos e elabora, sobre essa base, um entendimento acerca do conteúdo conceitual.

Em segundo lugar, ao invés de tomar a atividade conceitual como uma questão basicamente de representação, Brandom vai pensá-la como um problema de expressão. Brandom defende, nesses termos, um *expressivismo* quanto à lógica e um *inferencialismo* quanto ao conteúdo. O expressivismo trata o vocabulário lógico como possuindo um papel expressivo próprio, que é exatamente tornar explícitas as inferências que estão implícitas na prática. Segundo Brandom (2000), o que é expresso pode aparecer de duas formas: implícito, ou apenas potencialmente expressável; e explícito, ou expresso em ato. Expressar é entendido exatamente como o ato de trazer algo para o jogo de oferecer e pedir por razões (*asking and giving reasons*).

O processo de expressão é pensado por Brandom (2000) em sentido pragmatista, ou seja, como tornar algo que podíamos inicialmente apenas fazer (*knowing how*) em algo que podemos dizer (*knowing that*). Podemos entender essa afirmação partindo da tese de que tudo que é expresso pode aparecer sob duas formas: implícito (apenas

potencialmente expressável) e explícito (expresso em ato). Compreender o conceito que é aplicado ao torná-lo explícito é dominar seus usos inferenciais, ou seja, é se comprometer com um tipo distinto de compromisso inferencialmente articulado. Brandom (2000) deixa claro, contudo, que seu expressivismo racionalista não se confunde com o expressivismo romântico tradicional, que enfatizou a criatividade, profundidade e espontaneidade, pensada em termos de transformar o que é interno (*inner feeling*) em algo externo (*outer gesture*). Em uma linha racionalista, expressivismo implica articulação, ou seja, é um processo de tornar o conteúdo inferencialmente significativo e envolve, acima de tudo, uma contribuição para o jogo de oferecer e pedir por razões (*asking and giving reasons*). O expressivismo racionalista trata da conceitualização de algo, ou seja, do colocar algo em uma forma conceitual. Estar consciente de algo (*sapient awareness*) é colocar algo em conceito, explicitamente. E ser explícito, no sentido conceitual, é desempenhar um papel inferencial específico, o que significa poder servir como premissa ou conclusão em uma inferência. Um recurso expressivo central para tornar explícito um saber-fazer (*know-how*), permitindo assim que ele assuma a forma de uma afirmação, com conteúdo proposicional, é provido pelo vocabulário lógico básico. Nossa linguagem, por exemplo, é rica o suficiente para conter condicionais (se x, então y), podendo ainda incluir quantificadores (se algo é x, então é y), e também negações (se x é y, então não é z). As afirmações condicionais, consideradas paradigmáticas para um inferencialista, tornam explícitas as relações inferenciais.

Em terceiro lugar, Brandom (2000) sugere que, ao invés de abordar a significação a partir de baixo (*bottom-up explanation*), começando com as partes significativas subsentenciais numa via representacional nominalista, o melhor seria realizar uma explicação a partir de cima (*top-down approach*), que começa com os usos dos conceitos e o conteúdo proposicional, fazendo uma conexão entre proposicionalismo e pragmatismo. A questão dos termos singulares é tratada, nessa segunda via sugerida por Brandom, sem apelar para o conceito de objeto ou estado de coisas, pois, fazendo o caminho inverso, o inferencialista define o que é objeto e termo singular a partir dos usos pragmáticos. As explicações semânticas do inferencialismo começam com as propriedades da inferência para explicar o conteúdo proposicional e, só depois, tornam inteligíveis os conteúdos conceituais expressos em expressões subsentenciais, como os termos singulares e os predicados.

Por fim, em quarto lugar, Brandom (2000) sugere que, ao invés de atomismo semântico, devemos adotar um holismo. O inferencialismo é assumidamente holista, pois sustenta que não se pode ter qualquer conceito quando não se têm ao menos alguns. A ideia básica assenta-se no fato de que o conteúdo de cada conceito é articulado por relações inferenciais com outros conceitos. Como salienta BRANDOM (2000, p.16), “conceitos têm de vir em pacotes” (*concepts must come in packages*), mas disso não se segue que eles vêm em um único grande pacote, o que tornaria misterioso o processo de aquisição de competência linguística, mas sim que eles já nascem articulados em certo sentido.

Resumindo, o inferencialismo é caracterizado por Brandom (2000) pelas seguintes características:

- a) Uma prioridade da pragmática sobre a semântica, posto que o uso explica o conteúdo;
- b) Um expressivismo racionalista, uma vez que a lógica tem por função tornar algo que estava implícito na ação explícito na fala;
- c) Um proposicionalismo que abandona a via representacional nominalista, dado que são os usos pragmáticos que explicam as expressões subsentenciais;
- d) Um holismo semântico, que impede compreender os conceitos atomisticamente.

Segundo Brandom (2000), o inferencialismo pode ser descrito, em linhas gerais, como a tese de que a significação não deve ser analisada em termos de referência, mas de inferência. Ou seja, o conteúdo semântico tem que ser compreendido e explanado em termos de papéis inferenciais, não em termos referenciais. Na próxima parte, analisaremos quais são as críticas que Brandom dirige aos referencialistas ou representacionistas.

2. O modelo designacional e as críticas de Brandom

A tradição analítica de análise da significação foi fortemente influenciada pelo empirismo, que, segundo Brandom, estabeleceu um quadro semântico em termos representacionais, assentado na ideia de que objetos, eventos ou estados de coisas causam as representações. O empirismo tentou entender o conteúdo conceitual em termos de origem de crenças empíricas na experiência, e a filosofia da linguagem

nascida nessa tradição centrou suas análises, sobretudo, na referência, denotação e extensão. Houve, assim, uma ênfase no papel cognitivo da linguagem e da lógica. A teoria da significação nascida nessa tradição elaborou um quadro semântico em termos representacionais, baseado na ideia de referência, sendo chamada de *representacionalismo*. De acordo com BRAIDA (2005, p.83), podemos definir essa concepção da seguinte forma:

A tese referencialista diz que a significação das sentenças é inteiramente determinada pelas propriedades referenciais nelas articuladas. Por sua vez, as propriedades referenciais das expressões constituintes são decorrentes das relações com coisas no mundo não-linguístico.

Essa tese é motivada por um *paradigma designacional*, no qual a relação entre um nome e seu correspondente, entendido como um objeto representado por um termo singular, é geralmente introduzida por uma categoria ontológica especial, os chamados estados de coisas (*states of affairs*). Brandom (1994), colocando-se contra essa tradição, considera a estratégia explicativa de uma semântica representacional, que tem por modelo de representação a designação (*designation*), como um caminho particularmente infeliz. Esse modelo designacional (*designational model*) é problemático por duas razões que apresentaremos sucintamente a seguir.

Primeiro, o modelo designacional supõe que a relação entre o termo singular e o objeto que ele designa ou representa seja precedentemente inteligível. Em outras palavras, crê-se que a noção de rotular ou etiquetar algo (*tagging or labeling*) pode fazer sentido antes de se considerar o uso de tais rótulos ou etiquetas no ato de dizer algo, ou seja, paradigmaticamente, ao fazer uma asserção. Podemos então perguntar: afinal de contas, o que é indicar um objeto? No paradigma indexical, a ideia que anima a discussão dos demonstrativos é a do apontar (*pointing*), ou seja, o objeto indicado é aquele apontado. Essa ideia fomenta uma visão na qual a indicação é uma questão física de selecionar um objeto através de uma linha que se estende da ponta do dedo indicador até algo opaco. Obviamente, as coisas não são assim tão simples. Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, já mostrou que a prática de apontar algo requer um treinamento social e não deve ser tomado por um comportamento evidente e natural. O apontar é uma prática social complexa e o uso de “isto” ou “aquilo” não tem nada de primário.

Em segundo lugar, o modelo designacional supõe que a noção de representação como referência, que se aplica à categoria dos termos singulares e predicados, pode ser,

sem qualquer problema, estendida para se aplicar também à categoria das sentenças. Da mesma maneira que os termos singulares representam objetos e os predicados representam propriedades ou conjuntos de objetos (*properties or sets of objects*), as sentenças representariam estados de coisas (*states of affairs*). O nominalismo do modelo designacional tradicional, caracterizado pela relação nome/coisa, estende-se aos predicados, dizendo que nomes gerais se dirigem a universais no mesmo sentido que termos singulares se dirigem a objetos. Aplicado aos conteúdos proposicionais, o modelo semântico designacional resultou no equívoco de assimilar sentenças a nomes complexos e o julgar (*judging*) ao predicar. Essa mesma dificuldade é re-allocada com a noção de estado de coisas, que é representada por enunciados que afirmam fatos.

Em suma, o que vemos é uma tentativa de resolver a questão ontologicamente, traçando uma diferença entre o tipo de coisa que se quer representar, ou seja, entre objetos e fatos. Assim, a noção de representação, concebida como designação, torna a distinção entre termos singulares e sentenças compreensível à luz de uma distinção ontológica entre objetos e estados de coisas. Ora, critica Brandom (1994), ainda que se possa aceitar que termos singulares, como nomes, representem objetos particulares ou indivíduos, disso não se segue que os estados de coisas possam, da mesma forma, ser representados por sentenças declarativas e orações ‘que’ (*‘that’ clause*). Além disso, como tornar inteligível a categoria ontológica de estados de coisas sem antes explicar o uso das sentenças declarativas e das orações ‘que’?

Resumindo, para Brandom (1994) não é nada evidente que devemos partir de uma compreensão da representação e, sobre essa base, explicar a correção prática (*practical proprieties*) que governa o uso linguístico e a ação racional. Ou seja, Brandom não acredita que possamos ter uma boa noção da representação antes de termos uma boa compreensão acerca do uso correto das expressões linguísticas e do papel dos estados intencionais em fazer nosso comportamento inteligível. Brandom concede que a estratégia de explicação representacional não está em princípio fadada ao fracasso (*broken-backed*). Entretanto, isso não significa que essa é a única via possível.¹ O inferencialismo propõe uma nova via explicativa que parte do uso correto das expressões linguísticas para chegar à representação. Brandom pretende mostrar assim

¹ Convém observar que Brandom (1994, p. 669, nota 90) reconhece que, apesar de ter estabelecido uma forte oposição entre a ordem representacionista e a inferencialista de explanação, essas não constituem as únicas alternativas. É possível que uma terceira noção, considerada ainda mais fundamental, venha explicar tanto a representação quanto a inferência.

que as locuções representacionais não desempenham um papel primitivo na teoria semântica. É necessário, portanto, romper com o modelo semântico designacional e propor outro tipo de teoria semântica, entendida por ele como uma abordagem inferencial.

3. Representação e Referência no Inferencialismo de Brandom

O grande desafio de uma teoria inferencialista é mostrar como relações representacionais podem tornar-se inteligíveis à luz de noções primitivas inferenciais. Só assim o inferencialismo se justificaria como um melhor ponto de partida semântico. Brandom (2000) salienta que o seu inferencialismo quanto ao conteúdo conceitual precisa, para se completar, do pragmatismo quanto às normas implícitas na aplicação prática dos conceitos. Assim, Brandom convida os filósofos da linguagem a situar o projeto de uma teoria semântica em um contexto mais amplo.

A ordem de explanação inferencialista começa com as inferências corretas, entendidas como aquelas aceitas na prática de uma comunidade, mas ela não pode parar nesse nível. Ela precisa ir além, para mostrar como o conteúdo conceitual de uma proposição envolve propriedades objetivas. A questão da objetividade é, talvez, o mais sério desafio a qualquer tentativa de fundamentar as propriedades que governam o uso de conceitos na prática social. O entendimento prático da representação, ou seja, o tratamento dado aos objetos, estados e performances como pretendendo ser representações corretas de objetos e fatos, consiste em tomar esses objetos, estados e performances como concernindo às coisas tais como elas são. O entendimento de uma representação pressupõe uma distinção implícita entre a *atitude representacional*, ou seja, o como as coisas são tomadas por aquilo que é tratado como uma representação, e o *status representacional*, ou seja, o como as coisas realmente são. O *status* de uma representação independe das atitudes daqueles que representam, pois depende apenas de como as coisas são. Isso, contudo, não significa que a representação deva ser tratada como uma noção semântica primitiva. Ao pretender fornecer uma explicação da significação sem recorrer prioritariamente aos nexos referenciais, Brandom não pretende de forma alguma eliminar completamente a referência. O que muda é o papel e a importância da referência, que passa a ser vista como secundária e derivada das relações inferenciais.

Um dos grandes problemas da filosofia da linguagem está exatamente em determinar quais fatores envolvidos no uso da linguagem são constitutivos e quais são derivados. O inferencialismo procura responder essa questão através da especificação do papel que uma determinada expressão exerce no interior de uma cadeia inferencial. Desse modo, a tarefa de uma teoria semântica, para um inferencialista como Brandom, está limitada à exploração das potencialidades inferenciais de uma determinada linguagem. Isso implica que as noções semânticas são relacionais, o que vale tanto para as sentenças como para os termos, partículas, etc. Assim, no inferencialismo, é preciso redefinir noções semânticas como sentença, termo singular, predicadores, quantificadores, dêiticos e demonstrativos, que precisam ser compreendidos recorrendo-se apenas ao modo como eles afetam ou contribuem para os contextos inferenciais em que ocorrem.

Podemos, seguindo BRAIDA (2005, p.83), definir o inferencialismo da seguinte forma:

A tese inferencialista parte da suposição inversa, a saber, que as propriedades inferenciais de uma expressão constituem o seu significado, isto é, a partir da negação do primado da relação de referência na constituição do conteúdo semântico, sem, note-se logo, negar a referencialidade da linguagem. A significatividade de uma expressão seria constituída e determinada apenas pelo papel inferencial que ela exerce, ou seja, pelo modo como a sua ocorrência afeta as relações de implicação e consequência no interior de uma sequência discursiva.

A via explicativa representacionalista é tão hegemônica que parece até contraditório falar em uma semântica não-objetual, sem domínio de referência, pois tradicionalmente se definiu a semântica a partir de uma relação da linguagem com algo distinto dela, que são os objetos ou estados de coisas. O “truque” que permite ao inferencialista modificar essa concepção arraigada em nossa mentalidade está justamente em se voltar para o modo como as diferentes partes componentes contribuem para a formação da sentença, e não mais para os tipos de entidades referidas. O inferencialismo é uma teoria da linguagem não orientada para objetos, liberando a semântica de comprometimentos ontológicos, como as noções de objeto e estado de coisas.

Contudo, para conseguir essa “façanha”, o inferencialismo precisa explicar a função semântica das expressões referenciais em termos de relações intralinguísticas. Por trás dessa posição, encontramos uma interpretação forte do princípio do contexto fregeano, de que a determinação do significado de uma expressão subsentencial dá-se

apenas pela determinação de seu papel no contexto sentencial. Em suma, uma teoria semântica pode apenas correlacionar expressões com expressões. Apenas a prática ou ação pode correlacionar expressões com coisas. Isso não significa que não se possa utilizar a noção de referência, mas apenas que essa noção é derivada, sendo explicada em termos de: (1) potencial inferencial, (2) classes de substituição e (3) relações anafóricas, que constituem, para Brandom (1994), os três níveis da estrutura semântica (*ISA structure: inference, substitution and anaphora*). Convém então, ainda que rapidamente, explicar cada uma dessas noções.

A importância da análise do *potencial inferencial* assenta-se no fato de que a tese básica do inferencialismo é que o conteúdo semântico sentencial passível de ser empregado em uma asserção pode ser especificado inteiramente a partir das premissas ou condições de sua asserção e das consequências de sua asserção. A proposição, vista como a unidade pela qual se pode realizar um ato semântico, é inserida em uma rede inferencialmente articulada, estabelecendo implicações em termos de condições e consequências. Assim, ter conteúdo semântico não se identifica mais com ser representação de algo ou referir-se a algo, mas sim a ter um papel ou valor inferencial no interior de uma cadeia de asserções. Resumindo esse ponto, diz BRANDOM (1994, p.426, tradução nossa): “O conteúdo conceitual expresso por uma sentença depende do lugar que ela ocupa em uma rede de inferências que a relaciona com outras sentenças”.

Quanto à ideia de *classes de substituição*, entende-se que as partes das sentenças têm seu significado determinado pela função semântica que elas exercem no interior de sentenças asseridas de que elas são partes. Assim, primeiro, determinam-se as classes de sentenças equivalentes e, depois, estabelecem-se classes de partes subsentenciais equivalentes intersubstituíveis, classes essas que são definidas pelo modo como afetam o potencial inferencial. A ordem inferencialista da explanação semântica nasceu, em sua forma moderna, com o jovem Frege, cuja definição de conteúdo conceitual (*begriffliche Inhalt*) motivou o modelo desenvolvido por Brandom e introduziu um conceito chave: o de substituição. Essa é a principal herança freguiana para a tradição semântica inferencialista.

Kripke (1976) também sustentava que tanto a interpretação substitucional quanto a referencial são inteligíveis e consistentes. Mas, apesar disso, Kripke não sustentava uma interpretação substitucional pura, dizendo que era necessário o uso de uma semântica referencial, pois não poderíamos partir de uma ontologia nula (*null ontology*).

Os inferencialistas enfrentam essa crítica fornecendo uma teoria anafórica da referencialidade. A substituição de uma expressão subsentencial por outra confere um papel inferencial indireto à ocorrência das expressões subsenciais, que podem ser classificadas em classes de equivalência. A estrutura subjacente mais importante é a anáfora, cujo caso paradigmático é a relação que um pronome estabelece com o seu antecedente.

A *anáfora*, por fim, é uma relação intralinguística (*word-word*) e utilizá-la na explicação da referencialidade implica evitar itens extralinguísticos. Para Brandom (1984), os mecanismos anafóricos proveem os recursos para uma abordagem puramente intralinguística do uso das sentenças. Assim, a referência não é explicada por uma relação linguagem/mundo (*word-world*), mas como um complexo operador formador de anáforas. Em nenhum momento a relação com algo não linguístico exerce alguma função na explanação semântica. Para que um termo funcione como um termo singular, isto é, como um designador, faz-se necessário estabelecer a verdade de um enunciado de identidade que fixe o seu significado através de outras expressões significativas, funcionando assim como um enunciado de identidade fixador de referência. Assim, a fixação da significação de um termo só pode ser feita pela remissão a um outro termo já significativo, o que faz com que haja sempre outro meio de se referir ao mesmo objeto. Para dar conta do problema da introdução de novos termos singulares, Brandom (1994) fala de dois tipos especiais de termos singulares: o iniciador anafórico e o designador canônico.

O *iniciador anafórico* é uma expressão que tem a função semântica de introduzir um conteúdo capaz de ser retomado por outras expressões, por anáfora, sem que ela mesma esteja ligada às expressões anteriores. Eles são constituídos por nomes próprios, descrições definidas, dêiticos e demonstrativos. Isto poderia ser interpretado como o ponto em que as cadeias inferenciais dependem dos nexos exteriores ou referenciais, mas o argumento inferencialista é que sem os nexos-anafórico-inferenciais e sem as relações de substituição, as ocorrências dessas expressões não seriam utilizáveis como partes de asserções. Segundo BRANDOM (1994, p.465, tradução nossa):

Sem a possibilidade de uma extensão e conexão anafórica, através da referência a outras instâncias, as instâncias dêiticas não podem desempenhar qualquer papel semântico relevante, nem mesmo dêitico. Dêixis pressupõe anáfora.

Já o *designador canônico* é uma expressão cuja correta formação gramatical garante que ela “apanha” um objeto correspondente, ou seja, que ela designa um objeto. Assim, o designador canônico designa, e seu uso implica a introdução de um objeto no discurso. Porém, ao contrário das teses referencialistas, o conteúdo semântico de um termo designador não é o objeto designado, mas sim o plexo de remissões, de consequências e condições nele codificado, plexo este interno à linguagem.

Uma vez estabelecidos os designadores canônicos e os iniciadores anafóricos, Brandom (1994) sustenta que todos os demais termos designadores têm seu significado garantido pela remissão a eles, que funcionam assim como termos primitivos. Porém, a função semântica de indicar um objeto é derivada em relação à função semântica de remeter a outra expressão, ou anáfora. Ou seja, como citado mais acima, a dêixis pressupõe a anáfora.

Conclusão

Para um inferencialista, como Brandom, o que se pode conhecer a partir de uma teoria da significação é apenas o modo de relação das diferentes expressões pertencentes a uma linguagem já significativa. O que se encontra fora das conexões inferenciais, substitucionais e anafóricas não é explanável. Podemos dizer que os comprometimentos existenciais permanecem, porém eles se situam para além da semântica e pertencem ao domínio pragmático.

Invocando Wittgenstein, podemos dizer que a linguagem está limitada em sua capacidade de explicitar a sua própria significatividade. A ideia de uma semântica que trate da relação entre expressões e objetos torna-se sem sentido, pois pressupõe um discurso que contém objetos, relações e propriedades em si mesmas. A semântica, portanto, passa a ser uma exposição das regras de combinação de elementos significativos, na qual as noções de referência, objeto e propriedade são secundárias e derivadas.

Para que o inferencialismo de Brandom possa ser considerado uma aposta explicativa sólida e aceitável, é preciso indicar a consistência entre o seu pragmatismo e sua semântica inferencialista. Esse é talvez o ponto central da questão e também um dos mais obscuros dentro da grande obra de Brandom (1994) que, apesar de trazer no título a intenção de tornar algo explícito, peca muitas vezes pela pouca clareza. O esforço de

Brandom, como foi ressaltado ao longo do texto, pode ser resumido na tentativa de reduzir noções semânticas a noções propriamente pragmáticas. A pretensão de Brandom não se resume a simplesmente dizer que conceitos semânticos devem ser postos em relação com conceitos pragmáticos, pois ele assume uma postura pragmatista forte, que consiste em defender a possibilidade de definir em termos puramente pragmáticos os conceitos semânticos fundamentais.

O pragmatismo forte de Brandom envolve uma espécie de mudança de foco. Ao invés de pressupor objetos e estados de coisa no mundo, devemos olhar para as práticas sociais. E ao olhar para as práticas, devemos pensá-las como um complexo jogo que tem um papel primário na conceituação da significatividade. Devemos também deslocar nossa atenção do falante ou agente, que ao jogar esse jogo se compromete deontologicamente, para aquele que deve registrar as pontuações dos jogadores (*scorekeeper*). Os conceitos semânticos básicos do inferencialismo não são adequadamente compreendidos como propriedades da ação de inferir, mas antes como propriedades da marcação de pontos pragmáticos (*pragmatic scorekeeping*). O sucesso da proposta de Brandom dependerá, em nossa opinião, de um avanço da explicação pragmática e na capacidade de ela oferecer uma descrição satisfatória em termos puramente deônticos, ou seja, em função dos usos e das normas que regulam o complexo jogo de oferecer e pedir por razões (*asking and giving reasons*). Entendemos que o esforço de Brandom é louvável, mas resta ainda avançar muito nessa perspectiva pragmática para que a questão semântica fique resolvida plenamente em seu interior.

Mas se o inferencialismo precisa aprofundar a compreensão pragmática para ser uma aposta teórica consistente, o referencialista por outro lado se esbarra em outros tantos problemas ontológicos e semânticos de difícil solução. Podemos concluir, como também ressalta Braidão (2005), assinalando que se a semântica referencialista se fixa no mundo e perde a linguagem, a semântica inferencialista, ao contrário, fixa-se na linguagem e perde o mundo. Isso fica claro na prioridade que a noção de anáfora tem para o inferencialista e que a dêixis tem para o referencialista. Ao se comprometer ontologicamente com a existência de objetos e estados de coisas, o referencialista privilegia na explanação semântica os nexos referenciais e enfrenta grande dificuldade no momento de explicar as relações intra-discursivas e o papel dessa rede interna de remissões na determinação da significação. Já o inferencialista, enfrentando o problema oposto, reforça, nos termos de Frege, que o sentido (*Sinn*) determina o significado

(*Bedeutung*). Retira-se assim dos objetos e estados de coisas qualquer papel primário na explanação das propriedades semânticas, empurrando a questão em certo sentido do nível ontológico para o pragmático. Em suma, ao diferirem quanto a qual elemento (o sentido ou o referente) deve ser primário e qual deve ser secundário, somos conduzidos a consequências bem diversas quanto à determinidade semântica: os referencialistas se voltarão às questões ontológicas e propriamente semânticas e os inferencialistas ao âmbito pragmático.

Para finalizar, talvez Brandom tenha razão ao reconhecer que o representacionalismo e o inferencialismo não sejam as únicas alternativas possíveis e que a filosofia da linguagem pode e mesmo deve buscar uma terceira noção mais fundamental, que evite os problemas suscitados pelas vias já abertas. Essa empreitada, contudo, vai muito além do modesto objetivo deste texto.

Bibliografia

- BRAIDA, Celso R. (2005). “Para uma crítica da semântica inferencial”. In: DUTRA & MORTARI (orgs.). *Epistemologia: anais do IV Simpósio Internacional Principia – Parte I*. Florianópolis: NEL/UFSC, pp.79-122.
- BRANDOM, Robert B. (1984). “Reference explained away”. *The Journal of Philosophy*, vol. 81, n. 9, sep. 1984, 469-492.
- BRANDOM, Robert B. (1994). *Making it Explicit: reasoning, representing, and discursive commitment*. Harvard University Press.
- BRANDOM, Robert B. (2000). *Articulating reasons: an introduction to inferentialism*. Harvard University Press.
- KRIPKE, Saul (1976). “Is there a problem about substitutional quantification?”. In: EVANS & McDOWELL (orgs.) *Truth and Meaning: essays in semantics*. Oxford: Clarendon Press.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. 3a ed. Oxford: Basil Blackwell, 1967.